

O QUE É EVIDENCIALIDADE? UMA RESPOSTA INTERLINGUÍSTICA

Felipe Rodrigues de Araújo¹

Warlete Cristina de Oliveira²

Para quem deseja compreender sobre o domínio semântico da evidencialidade, sugerimos que leia a obra da Prof^a Dra. Vânia Cristina Casseb-Galvão, *O que é evidencialidade? Uma resposta interlinguística*, publicada em 2022 pela Editora Cegraf-UFG. Esse livro é resultado de outras pesquisas da autora, há mais de vinte anos que ela vem estudando o domínio semântico da evidencialidade e suas expressão por meio de diferentes construções evidenciais, de natureza lexical e procedural.

O livro é dividido em duas partes e cada uma delas divide-se em capítulos. Na primeira parte, a autora recorre a discussões acerca da evidencialidade, conceituando-a enquanto um sistema linguístico. Na segunda parte, ela apresenta estudos comparativos envolvendo línguas como o português brasileiro, o espanhol dominicano, o crioulo caboverdiano e línguas indígenas Cariban.

No primeiro capítulo, *O domínio semântico evidencial*, Casseb-Galvão disserta que a estrutura oracional de muitas línguas se volta para a relação objetivo de eventos, sendo assim, há construções que expressam impressões, avaliações e altera (ou não) seu valor de verdade. Contudo, a subjetividade é manifestada nessa estrutura mediante dois planos: macro e micro. Em plano macro, a subjetividade é inerente à linguagem; em plano micro, as categorias linguísticas revelam a subjetividade agregando valores e impressões naquilo que o falante enuncia, tem-se como exemplo dessas categorias a evidencialidade e a modalidade epistêmica.

A autora reconhece a categoria evidencial como um recurso cognitivo primário, pois sem ela, não se apresenta nem se avalia um estado de coisas. “Expressões evidenciais além de indicarem a origem do conhecimento, podem provocar diferentes efeitos de sentido ao ato enunciativo [...]” (p. 22). Reconhece também que essa categoria não é de fácil delimitação, uma vez que possui diferentes funções semântico-discursivas.

A definição de evidencialidade, para Casseb-Galvão é: “A *evidencialidade* diz respeito à expressão da fonte do conhecimento (do conteúdo) enunciado pelo locutor, à indicação de

¹ Mestrando do Programa de pós-graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) na Universidade Estadual Paulista (UNESP/SJRP), vinculado ao grupo de pesquisa "Rede de Estudos da Língua Portuguesa ao Redor do Mundo" (UFG) e ao "Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional" (UNESP), bolsista CAPES.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLL) da Universidade Federal de Goiás (UFG) e Professora da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

como ele tomou conhecimento da informação que compartilha com o interlocutor” (p.23). A autora exemplifica com a oração “José jogou bola”, sendo livre de marcação evidencial morfológica, assim, o interlocutor pressupõe que a informação seja verdadeira e que o locutor seja a fonte dela.

Ao pesquisar o sistema evidencial em várias línguas, a autora comenta que naquelas em que não há marcação morfológica obrigatória, como no português brasileiro, haverá marcações contextuais por elementos: a) lexicais – “Segundo a Folha”; b) expressões – “Corre a boca pequena”; c) gramaticalização de evidenciais lexicais – “diskⁱ...”; d) elementos da semântica próxima, como modalizadores epistêmicos – “parece que está havendo um tumulto...”. Casseb-Galvão traz à luz de sua obra dados da língua Tariana (uma língua Arauaque) para exemplificar a marcação obrigatória em um sistema linguístico:

- i. Juse irida di-manika-**ka** – “ka” marca que José foi visto jogando futebol.
- ii. Juse irida di-manika-**mahka** – “mahka” marca que foi ouvido o barulho do jogo.
- iii. Juse irida di-manika-**nihka** – “nihka” marca uma evidência visual.
- iv. Juse irida di-manika-**sika** – “sika” marca uma pressuposição.
- v. Juse irida di-manika-**pidaka** – “pidaka” alguém informou.

A autora discorre um breve histórico dos estudos evidenciais, os quais tiveram sua primeira menção em 1560 na *Grammatica o arte de la lengua general de los indios de los Reynos del Peru*, de Santo Tomás; em 1603 na *Gramática da língua Aymara*, de Bertonio. No século XX as pesquisas acerca da evidencialidade eram restritas à grupos que estudavam línguas indígenas americanas, como Boas (1911), Sapir (1921), Dorothy Lee (1944) e entre outros como Jakobson (1957) – o primeiro a cunhar o termo “evidencial”. Na década de 1980, os estudos da categoria evidencial ganham força na linguística descritiva diante três referências bibliográficas, as quais Vânia Casseb-Galvão pontua a evolução teórico-metodológica dessa categoria, Chafe e Nichols (1986), Anderson (1986) e Willet (1988). Na linguística contemporânea, a pesquisa pela evidencialidade recorre ao aporte teórico funcionalista, e busca em Lyons (1977) os moldes básicos de modalidade e evidencialidade, distinguindo-os. Casseb-Galvão elenca os principais estudos evidenciais na linguística brasileira em suas respectivas unidades acadêmicas, dentre eles: Vendrame (2010) – UNESP-IBILCE, Carioca (2009) – UFC, Gonçalves (2003) – UNICAMP, Casseb-Galvão (2001) – UNESP e Nascimento (2017) – UFRJ.

No segundo capítulo, *O estatuto categorial da evidencialidade*, Casseb-Galvão reconhece o primoroso trabalho de Nuyts (1992, 1993a, 1993b, 2001), o qual relaciona a evidencialidade com a modalidade epistêmica, sendo elas independentes, e em hierarquia, a

evidencialidade seria superior à modalidade: “a) evidencialidade como fator de distinção entre as modalidades objetiva e subjetiva (o que geraria mudanças no modelo das camadas). b) evidencialidade como um componente adicional de subjetividade.” (p.36). Para a autora, a categoria evidencial qualifica um estado de coisas além de alcançar a qualificação modal. É complementada a noção de “dimensão subjetiva” que não deve ser confundida com a noção de comprometimento do falante. Contudo,

[...] em relação ao plano conceptual a evidencialidade é uma dimensão inerente ao arcabouço cognitivo dos usuários das línguas em geral, mas sua manifestação na gramática das línguas depende de outros fatores, está sujeita a idiossincrasias e leis da linguagem. Há línguas que expressam as experiências evidenciais a partir de itens e construções lexicais, há línguas que, além desses usos, têm sistema evidencial gramatical mais ou menos elaborado [...]. (CASSEB-GALVÃO, V.C, 2022, p. 40).

Pela categoria evidencial ser intrínseca ao “contato comunicativo”, a autora afirma que modalizadores epistêmicos e evidenciais constroem uma área semântica privilegiada nos valores interlinguísticos. No entanto, evidenciais e modalizadores possuem diferentes experiências cognitivas, segundo Casseb-Galvão (2001). É discutido o estatuto da categoria evidencial quando se diz respeito ao léxico, à gramática ou à pragmática. Uma perspectiva primária de Aikhenvald diz que o sistema de evidencialidade ocorre no paradigma morfológico por meio de afixos, clíticos ou partículas, mas não nega que podem ocorrer também junto a formas verbais especiais e por advérbios. Um pouco além de Aikhenvald, Boye e Harder (2009) conceituam esse sistema de forma mais ampla, indo além nas delimitações, os autores enxergam a evidencialidade como “um domínio de substância conceptual-funcional, uma noção pertencente à significação [...]” (p. 45).

No terceiro capítulo, *Evidencialidade procedural ou gramatical*, Casseb-Galvão define com maior precisão a categoria evidencial explorada até aqui: “são todos os meios linguísticos, independente do status categorial, a partir dos quais se pode expressar a origem direta ou indireta do conhecimento asseverado em uma situação de interação.” (p. 47). Essa categoria pode ser exercida tanto no plano conceitual, lexical, quanto no plano da enunciação, sendo procedural. No decorrer deste capítulo, a autora recorre à quatro referências bibliográficas acerca dos evidenciais e os aprimora:

- Chafe (1986): Analisa a evidencialidade em como um campo de considerações epistemológicas que são codificadas nas línguas, e para muitas línguas "a origem da informação é gramatical ou lexicalmente marcada na sentença, e, em todas as línguas há meios para se qualificar a origem da informação, contudo, nem todas as línguas têm uma categoria evidencial gramatical". (p. 48).

- Willet (1988): A evidencialidade em sentido estrito: uma categoria que indica a "origem da informação, a partir de línguas que têm esse significado *gramaticalizado*".
- Anderson (1986) e Willet (1988): Fazem análises pioneiras da evidencialidade enquanto categoria gramatical. Observam o desenvolvimento de expressões que marcam evidencialidade a partir de processos de gramaticalização. (p.49).
- De Haan (1996, 1997a): Descobre que a evidencialidade também ocorre nas línguas de formas não-prototípicas: verbos e operadores modais epistêmicos (revelando o nível do conhecimento do falante) e deônticos (indicando "regras"), mas ainda "considera como marcadores evidenciais *somente aqueles itens que demonstram um certo grau de gramaticalização*". (p.49).

Casseb-Galvão disserta que a evidencialidade, uma categoria independente e específica da expressão e origem do conhecimento, pode ou não ser gramaticalizada nas línguas e que se deve definir e distinguir por critérios semânticos e sintáticos. Existindo, assim, autores que não reconhecem itens lexicais que indicam origem de conteúdo como material evidencial, considerando apenas construções gramaticais morfologicamente marcadas. Essa visão se revela parcial dos estudos acerca da evidencialidade, pois não considera processos de mudanças linguísticas.

Na busca por critérios de definição dos evidenciais gramaticais, a autora pondera os evidenciais em três bibliografias:

- Anderson (1986, p.274): a) Mostram a justificativa da asserção factual: se evidência direta, indireta, auditiva, visual... b) Não é a predicação principal. c) De significado básico evidencial, não funciona só em contexto pragmático. d) EV são inflexões, clíticos ou outros elementos sintáticos livres. e) Ocorrem normalmente em cláusulas reais. f) Raramente tem sentido enfático ou de surpresa.
- De Haan (1996, 1997a), conclui após estudar essa categoria em mais de trinta línguas, que: a) EV não são em si mesmos a parte principal da cláusula. b) Não apresentam concordância em relação ao falante. c) É o significado primário desses elementos. d) não podem estar no escopo de um elemento negativo.
- Lazard (2001) reconhece a generalização em c) proposta por De Haan, como um dos dois critérios para se atribuir a uma determinada forma linguística o estatuto de categoria evidencial gramatical. O outro critério que confirma (a), (b) e (d), dita que um evidencial gramatical deve fazer parte mais do sistema gramatical que do léxico de uma língua.

Casseb-Galvão apresenta uma proposta tipológica ampliada dos evidenciais por meio de um quadro adaptado de sua tese de doutoramento (2001):

ENVOLVIMENTO COM A SITUAÇÃO	EXPERIÊNCIA COGNITIVA ENVOLVIDA	GRAU DE EVIDÊNCIA	EXPERIÊNCIA COGNITIVA REVELADA NA INTERAÇÃO	FUNÇÃO EVIDENCIAL
Experiência Pessoal [+dir]	Vivenciar o conhecimento explicitado no ato de fala (ver/ouvir).	[+dir]	O falante conclui Xi baseado em prévia experiência pessoal (sensorial/física).	Direta
	Adquirir o conhecimento descrito a partir de uma segunda ou terceira pessoa identificada (ouvir/ler).	[-dir]		Citativa Reportativa
	Adquirir o conhecimento a partir de experiência passada no mundo das hipóteses, e das sensações psicológicas, a partir de experiências mentais gerais (lenda, sonho).	[ind]		Reportativa de mito
Inferência [-dir]	Inferir o conhecimento a partir de sinais no plano discursivo (na materialidade discursiva, no texto).	[+dir]	O falante infere Xi a partir de evidências disponíveis.	Inferencial textual
	Inferir o conhecimento a partir de sinais captados na situação de interação	[-dir]		Inferencial situacional
	Inferir o conhecimento num alto nível de abstração, nível do	[ind]		Intuitiva

	processamento interno das funções cognitivas.			
Ouvir-dizer (<i>hearsay</i>) [ind]	Partilhar conhecimento disponível para todo membro de determinada comunidade, (verdade universal).	[dir]	O falante assinala que não sabe, não quer ou não pode precisar a fonte de Xi.	Assumida
	Disponibilizar conhecimento sem fonte aparente e/ou indicada.	[-dir]		De boato
	Gerar conhecimento a partir de manobras elocubrativas, sem uma origem coerente e/ou perceptível do ponto de vista físico e/ou cognitivo.	[ind]		Especulativa

Fonte: Quadro 3.1: Uma proposta tipológica evidencial (pg. 54- 55)

A autora faz consideração acerca do quadro acima, como por exemplo: o domínio cognitivo da evidencialidade ser um domínio aberto; a necessidade comunicativa pode ser suprida por usos de marcadores evidenciais; evidencialidade *versus* marcação gramatical da fonte do conteúdo; não há enunciado sem o comprometimento do falante; há efeito de (des)comprometimento na ocorrência evidencial em negativas; não se pode dizer qual a intenção pragmática do falante.

A natureza da evidencialidade codificada linguisticamente revela que apesar de reconhecer que a evidencialidade pode ser expressa por advérbios, como evidentemente, e por diversos meios lexicais. Na abordagem de Aikhenvald, "[...] há uma oposição rigorosa entre expressões lexicais e expressões gramaticais e a obrigatoriedade da marcação evidencial é um parâmetro para categorização gramatical". "Para ser considerado um evidencial, um morfema ter de ter a origem da informação como seu significado nuclear". Portanto, a principal diferença entre Aikhenvald e os estudiosos supracitados é o reconhecimento do sistema evidencial como um sistema gramatical, morfológico e um subsistema de morfemas, não

incluindo nessa classificação elementos que funcionam de forma mais abstrata, Aikhenvald admite interação entre o léxico e a gramática.

No entanto, Casseb-Galvão reconhece o primoroso trabalho de Aikhenvald: "[...] dedica-se longamente a dizer o que não seria evidencialidade e para isso parte da noção de extensões evidenciais para se referir ao que se tem conhecimento na literatura linguística como marcadores Evidenciais" (pg. 63), e esclarece alguns pontos: Apresenta as línguas como sistemas estáveis; destina pouca atenção ao dinamismo linguístico; não reconhece as funções ideacionais, interpessoais e textuais; não enfatiza a gramaticalização; não faz uma análise descritiva de línguas em que apresentam o morfema zero; baseia-se em dados de línguas indígenas, geralmente sem sistemas de escrita.

No quarto capítulo, *o tratamento da evidencialidade na perspectiva da gramática discursivo-funcional (GDF)*, e último da primeira parte do livro, o fenômeno evidencial é contemplado a partir de seu potencial conceptual e funcional, dessa forma, a GDF não deixa de lado seus aspectos morfossintáticos e pragmáticos. Hengeveld e Mackenzie (2008) distinguem o domínio conceptual-funcional em dois sistemas: reportativo e evidencial modal. No nível interpessoal: há manifestações pragmáticas da evidencialidade – sistema reportativo: indica que o falante está transmitindo informações que ouviu de terceiros. No nível representacional: relaciona-se à origem do conhecimento enunciado, desdobra-se nos sistemas evidenciais: b) por inferência; c) por genericidade; ao nível que relaciona a percepção dos eventos (perceptual). A autora dispõe em quadro:

NÍVEL	FUNÇÃO	SISTEMA EVIDENCIAL	ESTATUTO CATEGORIAL
Interpessoal	Pragmática	Reportativo	Categoria - C
Representacional	Semântica	Inferencial (visual, não-visual), Genericidade	Categoria - p
		Percepção de evento	Categoria - e

Fonte: Quadro 4.1 – Evidencialidade na GDF. (pg. 74)

Ao fim deste quarto capítulo, a autora discorre acerca de sua pesquisa dos usos de [diski] no português do Brasil, que além de sua forma-fonte do processo de gramaticalização, essa construção chega a níveis mais abstratos, como:

Verdade geral – (01) “*Diz que* mulher tem alma de gato.”.

Token de narrativa – (04) “*Diz que* um leão enorme ia andando chateado, não muito rei dos animais porque tinha acabado de brigar com a mulher e esta lhe dissera poucas e boas”.

Boato – (07) “[...] Aí *diz que* virum a muié do Venanço non sei [no escuro com outro homem]”.

Admirativo – (10) “(...) estas férias **diz-que** não é pra eu fazer nada...”.

Mediante discussões incorporando a Gramática Discursiva Funcional, a autora esquematiza uma nova organização:

NÍVEL	USO	FUNÇÃO	SISTEMA	ESTATUTO CATEGORIAL
Retórico	Token de narrativa	Retórica	Construtor de <i>frame</i> e mundo narrado, de narrativa ficcional	Categoria textual
Interpessoal	Verdade Geral	Informacional	Evidencial de genericidade	Categoria -A (Mapeada em um único ato discursivo)
	Admirativo	Pragmática	Ilocucionário	Categoria - F
	Boato	Informacional	Evidencial Reportativo	Categoria - C

Fonte: Quadro 4.4 – Sistema esboçado pelos usos de [diski] no português do Brasil. (pg. 85)

Na parte dois do livro, *Construções evidenciais derivadas do verbo dizer em diferentes línguas*, a autora discute a respeito da evidencialidade em dois estudos comparativos. Em três capítulos, a autora apresenta um estudo que envolve o português brasileiro e o espanhol dominicano; e outro que traz o português brasileiro e o crioulo caboverdiano e, para o último capítulo, a autora exhibe notas sobre as línguas indígenas Cariban.

Evidenciais abstratizados em língua românicas é o título do quinto capítulo, em que Casseb-Galvão apresenta o resultado de uma investigação a respeito do desenvolvimento de microconstruções mais abstratizadas a partir de evidenciais lexicais como o verbo *dicendi* prototípico, que correspondem ao verbo *dizer* em português. Ao contrastar três línguas românicas – português brasileiro (PB), espanhol dominicano (ED) e o italiano (IT) – ela constatou o verbo *dizer* como fornecedor de material, em que há possibilidade de traçar uma rede evidencial interlinguística, atestando um processo comum de construcionalização entre o PB, ED e o IT. Os falantes dessas línguas partilham representações conceptuais e microconstruções que constituem usos mais gramaticalizados a partir do subesquema lexical “X dizer que X”. A autora relata que esse subesquema é a origem de um processo de abstratização e faz com que apareça um novo nó na rede construcional evidencial, no qual se

encontram as microconstruções atômica, substantiva e procedural “disk¹”. Mesmo que esses sistemas compartilhem valores semânticos e apresentem ligações em comum nos *clines* de mudança, a autora deixa claro que cada um desses sistemas linguísticos possui sua própria trajetória. Eles atualizam o esquema construcional evidencial *dicendi* mais abstrato idiossincraticamente e todos os construtos emanam do evidencial lexical prototípico, porém nesse nível eles apresentam em comum usos referentes aos valores semânticos *token de narrativa, verdade geral e boato*.

Já no sexto capítulo do livro, *Evidencialismo gramaticalizada no crioulo cabo-verdiano, nas línguas cariban*, a autora apresenta um estudo realizado por Silva (2009). Este pesquisou a respeito dos usos polissêmicos e da gramaticalização da construção *es ta dze*. Nesse estudo, o contexto de análise foi a produção oral da comunidade de Ribeira Bote – São Vicente, Cabo Verde. Silva (2009) observou que essa construção apresenta usos e diferentes funções daquelas desenvolvidas pelo uso predicativo, mais concreto, forma do verbo “dizer”, em que este verbo assume até mesmo a função de um operador proposicional, numa escala evidencial que apresenta os subdomínios: *Citativo, Assumido, Inferido e De boato*. Ele não encontrou, diferentemente de Casseb-Galvão (2001), ao estudar o PB, no crioulo cabo-verdiano, os usos “reportativo de mito” e “especulação”, porém, percebeu que [diski] e *es ta dze* têm um percurso de gramaticalização muito parecido.

Por fim, no sétimo capítulo do livro, *Evidencialidade no português brasileiro popular*, a autora anuncia que este capítulo é resultado do projeto de pesquisa individual, *Construções evidenciais derivadas de dizer no português falado de Goiás*, envolvendo os usos evidenciais mais gramaticalizados, derivados do verbo *dizer*. Além disso, ela pontua que este projeto está vinculado a um projeto maior, o “Fala Goiana”. Este estudo teve como objetivo, a partir de análises dos usos verificados e analisados por Casseb-Galvão (2001), no português brasileiro, aprofundar os conhecimentos postulados pela Gramática Discursiva Funcional (GDF), promovendo um diálogo epistemológico com a Teoria da Gramaticalização e verificando se esses usos são recorrentes na *Fala Goiana*. A autora busca verificar a ocorrência de dados derivados do verbo *dizer* na fala de usuários pouco escolarizados.

Casseb-Galvão (2001) optou por analisar a fala da comunidade de Goiânia, capital do estado de Goiás, tendo como participantes de pesquisa homens e mulheres com nível de escolarização entre zero e nove anos. Os sujeitos foram divididos em três faixas etárias, adultos com menos de trinta anos (I); de trinta a cinquenta anos (II) e acima de cinquenta anos (III). Os dados são do tipo *fala monitorada*, em que os participantes relataram experiências

vividas na comunidade; os temas tratados foram família, infância entre outros. No que tange aos resultados da pesquisa, observou-se que nas faixas etárias I e II – pessoas de até cinquenta anos de idade – não houve a ocorrência do operador evidencial *diz que* nem de outros derivados de *dizer*. Detectou que na faixa etária I, o uso da expressão com o verbo *falar* apresenta o mesmo valor funcional de certos tipos de *diz que* operador evidencial. Essas ocorrências com o verbo *falar* foram do tipo verdade geral. Já na faixa etária II, foram encontradas construções do tipo *como diz, como diz o ditado*, derivado de *dizer*. Um dado que chamou a atenção da autora, foi o uso da forma *como diz* equivalente ao popular *como diz o outro*. Essa forma foi considerada por ele um uso muito particular do dialeto goiano. Na faixa etária III, detectou-se uma ocorrência do *diz que* operador evidencial gramatical, de boato.

Casseb-Galvão (2022) sinaliza que, a partir das comparações feitas, a faixa etária é um dos fatores determinantes para os usos derivados de *dizer*, pois estes foram mais recorrentes nas faixas etárias II e III, e isso também implica dizer que esses usos podem ser recorrentes em gerações passadas e estão se transformando em forma obsoleta. A metodologia do trabalho também pode ser outro fator que influenciou os resultados, pois, durante a coleta dos dados predominaram as narrativas vividas pelos informantes, e nessas narrativas a incidência do uso dos verbos de dizer foi praticamente. A autora aponta ainda que o dialeto goiano apresenta inúmeras formas derivadas do verbo dizer para qualificar fontes das informações veiculadas, além de não predominar os usos das formas do tipo [diskⁱ], como foi observado por ela no dialeto paraense. Uma das alternativas usadas pelos goianos para expressar evidencialidade indireta são “Pra mim”, “Que eu saiba”, “Se não me falha a memória”, “O povo fala”, “Falaram por aí”.

É possível perceber que o livro *O que é evidencialidade?: uma resposta interlinguística* configura-se como uma grande contribuição aos estudos dos evidenciais, pois apresentam reflexões que envolve a diferença e as intercessões entre modalidade epistêmica e evidencialidade, estimula o pesquisador a aprofundar-se nesse campo de pesquisa. Com uma linguagem objetiva, os temas são abordados de forma concisa e assim estimulando o leitor na compreensão e reflexão do tema evidencialidade sob o viés funcionalista da linguagem.

Referências

CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. *O que é evidencialidade? Uma resposta interlinguística*. Goiânia: Cegraf UFG, 2022.

Recebido em: 23/04/2023; **Aceito em:** 10/08/2023.